

## ATTITUDE: UM CONCEITO TEÓRICO, UM CONCEITO DE VIDA

### *ATTITUDE: A THEORETICAL CONCEPT, A CONCEPT OF LIFE*

Dermeval da Hora

Universidade Federal da Paraíba/CNPq

#### RESUMO

Os estudos sobre “Atitude”, no Brasil, não têm recebido a ênfase merecida. Nos idos de 1980, em algumas reuniões do GT de Sociolinguística da Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), algumas sessões foram organizadas focando este tema, com a participação de colegas como Stella Maris Bortoni-Ricardo, Maria Cecília de Magalhães Mollica, Manoel Santos, e uma parceira muito querida, Cláudia Roncarati, que já não está entre nós, fisicamente, mas que sempre fará parte de nossas boas lembranças. É a ela que dedicamos este artigo, que tem como objetivo uma revisão de alguns pressupostos teóricos atrelados ao tema. À Cláudia, grande amiga, que lutou bravamente, mantendo sempre acesa a chama da vida até seus últimos momentos, demonstrando ser, além de uma grande mulher, uma mulher de ATTITUDE.

**Palavras-chave:** atitude direta; atitude indireta; reações subjetivas.

#### ABSTRACT

Studies on “attitude” in Brazil have not received the emphasis it deserves. Back in 1980, in some meetings of the Working Group on Sociolinguistics of the Associação Nacional de Pós-Graduação em Letras e Linguística (ANPOLL), some sessions were organized focusing on this theme, with the participation of colleagues as Stella Maris Bortoni-Ricardo, Maria Cecília de Magalhães Mollica, Manuel Santos, and a very dear partner, Cláudia Roncarati, who is no longer with us physically, but will always be part of our fond memories. This article, dedicated to her, aims to review some theoretical assumptions linked to the theme. Cláudia, a great friend, fought bravely, keeping the flame of life until her last moments, showing that she was, in addition to being a great woman, a woman of ATTITUDE.

**Keywords:** direct attitude; indirect attitude; subjective reactions.

## INTRODUÇÃO

Acreditamos ser difícil, em qualquer situação de contato que envolva duas ou mais pessoas que, ou se encontrem pela primeira vez, ou mesmo entre pessoas conhecidas, não serem feitos julgamentos. Tais julgamentos, positivos ou negativos, podem associar-se ao compartimento do interlocutor, a sua maneira de vestir, de andar e, principalmente, a sua maneira de falar. Com isso, queremos afirmar que estamos sempre fazendo avaliações, mesmo que elas não sejam explicitamente verbalizadas.

Essas avaliações dizem respeito às reações subjetivas inerentes ao ser humano, seja ele falante ou ouvinte. Não é raro, ouvirmos alguém dizer que não gosta da maneira como o outro fala, porque não lhe soa bem, porque a voz é estridente, é lenta, é alta, etc., como também podemos ouvir comentários positivos, referindo-se, por exemplo, a quão agradável lhe é a fala do outro.

No Brasil, ao consideramos as diferentes regiões, sempre vamos encontrar posições diferenciadas, tanto no que concerne aos falantes do sul e sudeste, avaliando os falantes do nordeste e do norte, quanto no que diz respeito aos falantes do nordeste e do norte, avaliando os do sul e do sudeste.

Falar ‘descansado’ ou ‘arrastado’, por exemplo, caracteriza o falar do nordeste. Isto é comum ser encontrado no julgamento feito tanto por falantes do sul e do sudeste quanto naquele dos falantes do nordeste. Mas também podemos ouvir dos nordestinos que pessoas do sul e do sudeste “cantam” ao falar.

Essas atitudes em relação à língua, muitas vezes, mascaram um preconceito, em nível nacional, que discrimina regiões e pessoas, o que é danoso nas relações pessoais e profissionais, visto que afeta a vida da pessoa, tirando-lhe, não raramente, boas oportunidades.

Não são novos os estudos que tratam da atitude linguística e nem são um privilégio apenas de linguistas. Eles fazem parte de uma tradição de pesquisa que se estende a várias disciplinas. Facilmente, vamos encontrar referências a esse respeito na psicologia social da linguagem, na sociologia da linguagem, na linguística antropológica, na comunicação, na análise do discurso e na sociolinguística.

Ao concebermos o Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB (HORA, 1993), inserimos algumas questões com o objetivo de testar a atitude do falante em relação a sua própria fala e a de outrem. Essas questões podem ser avaliadas como fazendo parte dos estudos sobre atitude que utilizam a técnica direta para avaliar o que se passa na mente do falante.

Ao fazermos isso, pretendíamos verificar (a) até que ponto o falante tem consciência do quão é diferente a sua fala, se comparada à de falantes de outras regiões; (b) como ele avalia sua maneira de falar, se positivamente ou negativamente; (c) quais os aspectos que mais lhe chamam a atenção, tanto em sua fala como na de falantes de outras regiões: aspectos fonético-fonológicos, prosódicos, lexicais etc.

No desenvolvimento deste artigo, adotamos a seguinte estrutura: na seção 1, definiremos atitude; na seção 2, apresentaremos, em linhas gerais, uma visão histórica sobre atitude linguística; na seção 3, focalizaremos a ideologia da língua padrão; e apresentaremos os fundamentos que norteiam os estudos relacionados à atitude linguística; na seção 4, apresentaremos as principais abordagens sobre atitude; e na seção 5, discutiremos, associado à atitude, o papel da consciência do falante e a sua relação com os processos variáveis.

## 1. Definindo atitude

No primeiro trabalho sobre atitude, Allport (1935, p. 801) afirmou que atitude era um dos conceitos fundamentais na psicologia social, e, na sociolinguística, tem sido um conceito central desde o trabalho seminal de Labov (1966) sobre a estratificação social das comunidades de fala, e como a mudança linguística é influenciada pelo prestígio e pelo estigma em relação a traços linguísticos específicos existentes nas comunidades. O conceito de atitude, contudo, nem sempre é facilmente delineado. Suas definições variam com o grau de elaboração e com o peso dado a diferentes traços de atitudes.

Para tomar um ou dois exemplos, vejamos algumas posições. Segundo Thurstone (1931) atitude é definida como “afeto por ou contra um objeto psicológico”, enfatizando as respostas emocionais positivas e negativas que as atitudes incorporam. Uma definição bastante citada é a de Allport

(1954): “uma disposição aprendida pra pensar, sentir e agir em relação a uma pessoa (ou objeto) em uma forma particular”. Esta definição mostra que as atitudes dizem respeito mais do que ao afeto e se estende também ao pensamento e ao comportamento.

Oppenheim (1982, p. 39) também incorpora aspectos cognitivos e comportamentais, mas inclui em sua definição a elaboração das formas em que as atitudes são manifestadas:

um construto, uma abstração que não pode ser diretamente apreendida. É um componente interno da vida mental que expressa a si mesmo, diretamente ou indiretamente, através de processo óbvios como estereótipos, crenças, afirmações verbais ou reações, ideias e opiniões, recordações seletivas, fúria ou satisfação ou alguma outra emoção e em vários outros aspectos de comportamento.

Esta definição de Oppenheim inicia com a afirmação explícita de que atitude é um construto psicológico. Os construtos não podem ser observados diretamente, e, assim, temos de confiar em nossas habilidades para inferi-las dos tipos de coisas que Oppenheim lista: reações emocionais, demonstrações etc. O fato de não podermos observar diretamente as atitudes não significa que elas sejam fictícias, que só estamos imaginando coisas. Allport (1935, p. 839) afirma que

as atitudes nunca são diretamente observadas, mas, a menos que sejam admitidas através de inferência como ingredientes reais e substanciais na natureza humana, ela se torna impossível de ser considerada satisfatoriamente ou pela consistência de algum comportamento do indivíduo ou pela estabilidade em alguma sociedade.

O *status* das atitudes como construto psicológico traz dificuldades para acessá-lo. Esta é a razão por que há sempre muitos debates sobre como podemos estudá-lo.

Além dessa característica básica de ser um construto, é útil tomar uma definição simples e então elaborá-la para que os vários aspectos sobre atitude sejam consensuais. Sarnoff (1970, p. 279) fornece tal definição: uma disposição para reagir favoravelmente ou desfavoravelmente a uma classe de objetos. Usando isto como ponto estratégico, é tomado como um dado que uma atitude é uma orientação avaliativa para um objeto social de algum tipo, quer seja uma língua, ou uma nova política governamental etc. E assim, como uma ‘disposição’, uma atitude pode ser vista como tendo um grau de estabilidade que permite-lhe ser identificada. Isto é reforçado pela concepção assumida por Garret, Coupland e Williams (2003, p. 3), segundo os quais uma atitude é, pelo menos, uma postura avaliativa suficientemente estável, o que lhe permite ser identificada e mensurada.

Para Edward (1982), as atitudes têm uma estrutura tripartida, constituída de componentes cognitivo, afetivo e comportamental. Cognitivo pelo fato de conter crenças sobre o mundo (por exemplo, acreditar que aprender a língua inglesa vai ajudar na obtenção de um melhor trabalho); afetivo, porque envolve sentimentos sobre determinados objetos (por exemplo, entusiasmo diante de uma poesia escrita em Inglês); e comportamental, porque leva a agir de uma certa forma (por exemplo, aprender Inglês).

Na conceituação do termo atitude, percebemos a dificuldade em busca de um conceito que unifique as ideias apresentadas. Isto fica ainda mais complexo, quando, em alguns contextos, outros termos, a exemplo de ‘hábitos, valores, crenças, opiniões e ideologias’, são usados quase de forma a substituí-lo. Cada um deles, entretanto, tem suas peculiaridades, que os tornam diferentes do que seja atitude (cf. GARRET, COUPLAND e WILLIAMS, 2003, p. 9-11).

## 2. Visão histórica sobre atitude

Como acontece com outros tópicos de pesquisa, podemos encontrar precursores voltados para os estudos sobre atitude no passado bastante distante. Aristóteles, no seu clássico texto “A retórica”, acreditou que o tipo de língua que os falantes usavam tinha efeito sobre sua credibilidade ou “ethos”, e ideia similar é encontrada na preocupação dos retóricos no

Renascimento em relação aos detalhes da expressão verbal. Depois disso, embora principalmente de cunho descritivo, a pesquisa dos geógrafos dialetais, no início do século XX, chamou atenção para as variedades linguísticas que eram estigmatizadas ou, de outra forma, eram prestigiadas.

Nos anos 1930 e 1940, vários estudos desenvolvidos na Inglaterra e nos Estados Unidos tentaram demonstrar que as pessoas podem fazer julgamentos confiáveis e precisos sobre as características físicas dos falantes e dos atributos da personalidade com base na fala (CANTRIL E ALLPORT, 1935; TAYLOR, 1934).

No ano de 1931, Pear realizou um estudo clássico, em que ele convidou ouvintes da BBC na Inglaterra para falar sobre o perfil de personalidade de certas vozes ouvidas no rádio. Ele concluiu que havia apenas uma modesta coincidência entre o julgamento e a personalidade das vozes ouvidas. Seu estudo mostrou haver pouca vantagem em utilizar a voz como uma pista da personalidade real. Por outro lado, em estudo após estudo, tem sido mostrado que há bastante consenso social entre o julgamento dos ouvintes sobre os traços estereotipados associados com as vozes. Esses julgamentos de voz baseados em estereótipos são vitais do ponto de vista social.

Em diferentes partes do mundo, tem acontecido uma grande quantidade de pesquisas nas últimas décadas, mostrando que as pessoas podem expressar atitudes definidas e consistentes em relação aos falantes que usam estilos particulares de fala. Sejam as atitudes negativas ou positivas elas são, via de regra, influenciadas pelo processo de padronização nas línguas, tópico que desenvolveremos a seguir.

### 3. A ideologia da língua padrão

Existem línguas como o Espanhol, o Inglês, o Francês, o Português etc. que são vistas cada uma delas como tendo uma variedade *padrão*, ou culta, que é veiculada pela escola, pelas gramáticas, enfim, pelo órgãos ou instituições oficiais, e variedades não padrão, aquelas que fogem às normas pré-estabelecidas de uso, seja em nível falado, seja em nível escrito.

O fato de pensarmos na existência de uma língua padrão afeta o modo como os falantes pensam sua própria língua e a língua em geral. Podemos dizer que os falantes dessas línguas, diferentes dos falantes de algumas

menos conhecidas, vivem em culturas de língua *padrão*. Em tais culturas, as atitudes linguísticas são dominadas por posições ideológicas de poder que são amplamente baseadas na existência suposta dessa forma *padrão*, e essas, tomadas juntas, constituem a “ideologia da língua *padrão*”. Os falantes, normalmente, não têm consciência de que eles estejam condicionados por essas posições ideológicas: eles, normalmente, acreditam que suas atitudes em relação à língua sejam de senso comum e assumem que, virtualmente, todos concordam com eles. Uma questão que podemos levantar: o que envolve a *padronização* de uma língua?

Para Milroy (2007), a padronização se aplica a muitas coisas além da língua: ela se aplica a pesos e medidas, por exemplo, e a muitos tipos de objetos, tais como *plugs* elétricos e adaptadores. Nesses casos, é desejável que, por razões funcionais, o valor exato de cada medida seja de comum acordo ente os usuários e que cada objeto seja exatamente o mesmo como todos os outros de sua espécie. Assim, como um processo, a *padronização* consiste da imposição da uniformidade sobre uma classe de objetos, e assim a mais importante propriedade estrutural de uma variedade padrão de uma língua é a uniformidade ou invariância.

Isto significa que todo som deva ser pronunciado da mesma forma por todos os falantes, que todos os falantes devam usar as mesmas formas gramaticais e os mesmos itens lexicais. Isto também implica que a língua não possa sofrer mudança. Em princípio, portanto, quando há duas ou mais variantes de alguma forma linguística, apenas uma delas é admitida ser a variedade *padrão*. Na prática, a escolha de uma variante sobre a outra é afetada por fatores fora do próprio processo de *padronização*, e esses fatores, tomados juntos, constituem a ideologia *padrão*.

Na verdade, o ideal da uniformidade absoluta nunca é alcançado. Embora a *padronização* não ratifique a variabilidade, nenhuma língua é completamente invariante. Na língua escrita, a prática uniforme está muito próxima de ser alcançada – particularmente no uso impresso – mas com a língua falada é diferente. Embora a uniformidade linguística seja particularmente desejável no caso dos documentos escritos legais, comerciais e oficiais (uma vez que eles exigem clareza e falta de ambiguidade), o progresso da padronização, ao longo dos séculos, tem caminhado paralelamente com o progresso econômico e tecnológico. Isto tem como consequência a difusão da ideologia *padrão* entre os falantes, que tem, de

acordo com Milroy (2007), como características: a noção de correção, a importância da autoridade, a relevância do prestígio e a ideia de legitimidade.

Uma importante consequência da *padronização* da língua tem sido o desenvolvimento, entre os falantes, de uma forma “correta” ou canônica da língua. Nas culturas de língua *padrão*, virtualmente, todos subscrevem a ideia da correção. Algumas formas são acreditadas serem corretas e outras erradas, e isto é, geralmente, tomado como um senso comum. Embora as regras de correção sejam, externamente, impostas sobre a língua, elas são consideradas pelos falantes como regras inerentes à própria língua. Tal arbitrariedade é mais visível em regras de pronúncia. Nem sempre, a variação na pronúncia é tolerada. Embora seja inaceitável, atualmente, discriminar abertamente alguém por razões étnicas, religiosas ou de gênero, deve ser também inaceitável discriminar alguém com base em motivação linguística. Infelizmente, as pessoas não percebem que a língua se aproxima dessas outras categorias sociais. Como as pessoas que usam as formas linguísticas não-padrão, em geral, pertencem a grupos sociais menos favorecidos, o efeito da discriminação linguística é discriminar esses grupos.

O sistema educacional tem papel fundamental na difusão do conhecimento da língua padrão. Na verdade, as pessoas acham razoável dizer que as crianças vão para a escola aprender a sua língua, quando, de fato, nos anos anteriores à escola, elas já adquiriram a base da gramática e da fonologia da língua falada, naturalmente e sem instrução explícita. Na escola, a criança aprende ler e escrever, e o letramento se dá na língua padrão. Assim, acredita-se estar ensinando à criança sua língua nativa através das autoridades que têm acesso privilegiado a seus mistérios. É característica da ideologia padrão acreditar que esta variedade padrão uniforme com todas as suas regras de correção impostas seja realmente a própria língua.

A manutenção de uma língua padrão, claramente, depende da obediência à **autoridade**. Para este propósito é desejável que a língua padrão seja codificada e para isto existem os dicionários, as gramáticas, os guias de pronúncia, os manuais de uso etc., que nem sempre são confiáveis, principalmente aqueles de autores não qualificados. Há inúmeros casos de manuais que tratam a língua de forma irreal, esquecendo totalmente as situações de uso. A preocupação não é mais com a manutenção da uniformidade da língua, mas com a língua “pura”.



Além da autoridade, um outro fator considerado no processo de seleção da variante padrão é o **prestígio**. O prestígio não é, principalmente, uma propriedade de uma forma linguística ou variedade – é uma propriedade dos falantes, ou grupos de falantes, e está claramente relacionado à variável classe social ou status social. Portanto, o prestígio é conferido à variável linguística por falantes, e os falantes tendem a conferir prestígio a usos que são considerados serem aqueles das classes sociais mais altas. Alguns grupos sociais têm mais autoridades do que outros. O que fica claro é que o processo de seleção é altamente sensível a fatores sociais e sócio-políticos.

O converso do prestígio é o estigma. As formas linguísticas que são favorecidas por classes sociais menos favorecidas tendem a ser estigmatizadas na comunidade como um todo, e essas são tipicamente as formas que são rejeitadas no sistema educacional.

No estudo da mudança linguística, a noção de prestígio é sempre usada para explicar a adoção e a difusão de uma inovação. Explicações sobre prestígio, como já afirmado anteriormente, são, contudo, problemáticas, dependendo das diferenças entre os grupos na comunidade e das ideias que se tem ao leva-lo em conta.

Labov (1972) introduziu uma distinção entre prestígio explícito e prestígio implícito. O prestígio explícito está tipicamente ligado às formas de fala das classes sócio-economicamente dominantes. As normas linguísticas que comandam o prestígio explícito são ouvidas, por exemplo, nos contextos educacionais (escolas, universidades) como também na mídia (jornais, televisão, rádio). O prestígio implícito, por outro lado, tem conotações mais locais e se refere a formas de falar que são altamente valorizadas em pequenos grupos e comunidades. As variantes de prestígio explícito são, portanto, marcadores de status, enquanto que as variantes de prestígio implícito são marcadores de solidariedade dentro do grupo. O prestígio implícito de variedades não-padrão também está ligado, por exemplo, a percepções de masculinidade.

O estabelecimento da ideia de uma variedade padrão, da difusão do conhecimento dessa variedade, sua codificação em livros, gramáticas, dicionários etc., e sua promoção em uma cadeia ampla de funções – tudo conduz à desvalorização de outras variedades. A forma padrão torna-se a forma legitimada, e as outras formas tornam-se, na mente popular, ilegítimas.

A elas se referem como a forma não-padrão ou subpadrão. Aqueles que fazem Linguística Histórica têm sido proeminentes em estabelecer esta legitimidade, porque é importante que uma língua padrão, sendo a língua de um estado ou nação, e, às vezes, um grande império, possa compartilhar da história daquela nação. Na verdade, a língua é vista como parte da nação.

Para Milroy (2007), a todas as línguas padrão têm de ser dada alguma forma de **legitimidade**, e todas têm de ser mantidas e protegidas através da autoridade e das doutrinas de correção. Há, também, uma tradição popular de queixa sobre a língua, salientando a baixa qualidade do uso geral e alegando que a língua está degenerando. Isto também contribui para manter a ideologia padrão proeminente na mente pública. Nas culturas de língua padrão, a alternativa para tudo isso é terrível de contemplar: acredita-se que se esses esforços para manutenção são negligenciados, a língua estará sujeita à corrupção e decadência, e desintegrará. O futuro da língua, alega-se, não pode ser deixado para os milhões de falantes nativos fluentes que a usam diariamente: caso as autoridades privilegiadas não tomem cuidado, ela, inevitavelmente, declinará.

O processo de padronização é o principal responsável pelas atitudes negativas ou positivas que as pessoas têm em relação a uma língua. Em geral, as atitudes são dominadas por posições ideológicas que se baseiam na suposta existência de uma língua padrão. Isto constitui o que Milroy (2007) chama de ideologia da língua padrão. Normalmente, no cotidiano, as pessoas não têm, aparentemente, consciência da influência dessas posições ideológicas, mas tudo funciona com o pressuposto de que tais normas sejam simplesmente uma questão de senso comum.

Para esse autor, padronização de qualquer natureza se preocupa com uniformidade e invariância, e, como na ideologia da língua padrão, grande ênfase é dada à correção. Na ideologia da língua padrão, há forte visão de senso comum sobre que formas da língua estão certas e quais estão erradas. A noção de correção é reforçada pela autoridade. As línguas padrão são codificadas nos dicionários e nas gramáticas, por exemplo, e se espriam através dos sistemas educacionais. Elas são reforçadas também pela concessão de prestígio ou estigma às formas da língua. A desvalorização de algumas formas conduz a uma visão delas como *substandard*.

### 3.1 A manutenção da forma não-padrão

Quando se pensa na existência de uma forma padrão, uma questão surge: apesar de sotaques sociais causarem desconforto, por que eles continuam existindo? Embora seja impossível para a maioria das pessoas mudar completamente seus sotaques, não é difícil usar as variantes padrão concomitantemente com variantes não-padrão, principalmente em estilos mais cuidados. Segundo Chambers (1995), no curso de duas ou três gerações, se as pressões contra falantes com sotaques não-padrão forem suficientemente acentuadas, poderá haver uma grande mudança na direção do padrão.

Certamente, há uma tendência observável nessa direção, embora ela não possa ser chamada de uma mudança massiva. Na verdade, como se tem visto, ela é tipicamente restrita, socialmente, à fala da classe mais alta e à classe média e é mais observável na fala de mulheres do que na dos homens. Ao mesmo tempo, há sempre mudança em outras direções, e novas variantes que se desenvolvem em sotaques não-padrão.

Se há pressões sociais que promovem o dialeto padrão, deve haver aquelas que favorecem o local, o informal e o vernacular na fala. Mas, se é assim, essas forças contrárias devem ser mais tácitas do que conscientes, porque não é fácil a identificação. As forças que favorecem o padrão são claras como cristal: pais de classe média falam sobre a “boa” língua, a escola ensina o uso correto, cartas aos editores criticam o uso não-padrão etc. As pressões sociais que mantêm a forma não-padrão, ao contrário, não têm lobistas identificáveis.

O padrão, muitas vezes, não está associado a padrões de correções. Em algumas comunidades, ele está associado ao uso de marcas locais que soam como estigmatizadas pelos próprios falantes, apesar de gramaticalmente serem consideradas corretas. Atitudes negativas em relação a formas de dizer podem condenar falantes que usam o padrão considerado de prestígio.

Enfim, podemos dizer que atitudes em relação à língua, sejam elas negativas ou positivas, são influenciadas pelo processo de padronização nas línguas. Isso ratifica a discussão que testemunhamos acontecer no Brasil. Momento em que pessoas defensoras da forma padrão não admitem que os livros didáticos mencionem a existência de fenômenos variáveis, presentes, principalmente na língua falada, justificando que o registro dessas

ocorrências pode levar o aluno a crer que eles são ratificados como válidos socialmente.

#### 4. Atitude linguística: abordagens

Quando pensamos em atitudes linguísticas, não podemos deixar de considerar quais são os seus campos de interesse. Com certeza, eles são muitos e variam de acordo com o interesse específico da pesquisa a ser implementada.

Baker (1992, p. 29) levanta alguns tópicos que foram de interesse para as pesquisas focadas nas atitudes linguísticas: (a) atitude em relação à variação linguística, ao dialeto e ao estilo de fala; (b) atitude em relação à aprendizagem de uma nova língua; (c) atitude em relação a uma língua minoritária específica; (d) atitude em relação a grupos de línguas, comunidades e minorias; (e) atitude em relação às lições de língua; (f) atitude dos pais em relação à aprendizagem da língua; (g) atitude em relação aos usos de uma língua específica; (h) atitude em relação à preferência linguística.

Obviamente, alguns dos tópicos elencados são mais estudados do que outros, a exemplo da letra (a). É a ele que dedicaremos nosso estudo, procurando analisar como o falante-ouvinte se posiciona em relação a sua maneira de falar e em relação à fala de outrem.

Labov (1984, p. 33) estabelece que um objetivo importante da pesquisa sociolinguística é construir um registro de atitudes abertas em relação à língua, aos traços linguísticos e aos estereótipos. Para o autor, a pesquisa de atitudes linguísticas oferece um pano de fundo para explicar a variação e a mudança linguística.

O estudo das atitudes linguísticas busca mais do que descobrir simplesmente quais são as atitudes das pessoas e quais seus efeitos em termos de resultados comportamentais. Uma preocupação a mais é entender o que determina e define essas atitudes.

No Brasil, em geral, sabemos que determinados processos fonológicos têm recebido muita atenção, particularmente, dos sociolinguistas. Exemplos como a variação das vogais médias pretônicas, a palatalização das oclusivas dentais, o apagamento das consoantes em coda, a palatalização das fricativas, o uso variável dos róticos etc. são ilustrativos do que já foi feito,

mas nenhum deles foi ainda analisado na perspectiva da atitude linguística.

Ao pensarmos em pesquisa com uma abordagem voltada para a atitude linguística, podemos abordar três possibilidades: análise de conteúdo, medidas diretas e medidas indiretas.

#### **4.1 Análise de conteúdo**

Essa abordagem envolve uma análise de conteúdo do tratamento dado às línguas e às variedades linguísticas, e a seus falantes dentro da sociedade. Os estudos a ela relacionados envolvem métodos etnográficos, observacionais, e também a observação participante e estudos de muitas fontes do domínio público.

A literatura sobre atitudes linguísticas pouco menciona estudos que empregam essa abordagem. Isso, porém, não se deve ao fato de que haja escassez de trabalho. É mais provável que haja uma grande quantidade de dados atitudinais em um bom número de estudos etnográficos que simplesmente não sejam examinados sob tal perspectiva.

Segundo Garret, Coupland e Williams (2003, p. 15-16), a visão predominante das pesquisas que levam em conta a análise de conteúdo entre os pesquisadores de atitudes linguísticas, especialmente aqueles que atuam na tradição da pesquisa social, é que ela é muito informal, e, por isso, é vista como preliminar para estudos mais rigorosos da sociolinguística e da psicologia social, talvez como uma fonte de validade convergente dos dados coletados através dos métodos direto e indireto. Essa abordagem pode ser apropriada em situações onde as restrições de tempo e espaço não permitem acesso direto aos informantes, ou onde os informantes podem ser acessados apenas sob condições altamente não naturais.

Exemplos de estudos nessa perspectiva, citados em Garret, Coupland e Williams (1988, p. 15), dizem respeito a documentos governamentais voltados para política educacional com vistas à língua e sua visão sobre o uso de várias línguas nas escolas (Cots e Nussbaum, 1999); anúncios de emprego e as demandas ocupacionais por anglofones e francofones bilíngues em Montreal (Liebersohn, 1981); o uso do dialeto por vários personagens nas novelas (Rickford e Traugott, 1985); cartoons, provérbios e livros de etiqueta, e o que eles têm a dizer para e sobre as mulheres (Kramer, 1974; Kramarae, 1982).

Para os autores, embora muitos desses estudos sejam de base qualitativa, alguns deles também usam procedimentos formais de amostragem e fornecem algumas estatísticas descritivas, como é o caso de Lieberson (1981).

## 4.2 Abordagem direta

A análise de conteúdo tem como uma de suas características o fato de ser o pesquisador quem infere as atitudes a partir dos comportamentos observados e da análise dos documentos. Na abordagem direta, ao contrário, são os próprios informantes que são solicitados a relatarem suas atitudes.

Um questão metodológica central que ela envolve é se as afirmações verbais dos informantes acerca de suas atitudes e de suas reações comportamentais em situações concretas podem ser interpretadas como manifestações das mesmas disposições subjacentes.

Admitindo que isto possa ser resolvido, as atitudes linguísticas podem ser medidas diretamente com entrevistas e/ou questionários voltados para aspectos específicos da língua. Em 1966, Labov, em seu trabalho sobre New York City, pediu que os informantes escolhessem entre duas pronúncias alternativas a que eles usavam e qual a que eles achavam que poderiam usar.

A abordagem direta tem sido utilizada em vários contextos e com vários objetivos. Ela tem facilitado mais pesquisas em línguas, variedades linguísticas e traços linguísticos do que a análise de conteúdo.

Uma questão central para a abordagem direta é a maneira como os dados devem ser coletados. Quanto a isso, podemos ter, em princípio, duas técnicas: uma que prevê a obtenção dos dados a partir do contato pessoal e com respostas diretas do informante, e outra que usa a resposta escrita. Em geral, essa é a metodologia que tem sido utilizada nos estudos sobre atitude linguística que foram realizados no Brasil.

## 4.3 Abordagem indireta

Uma terceira abordagem metodológica usada nos estudos de atitude tenta confiar mais em medidas indiretas. Esta abordagem, referida como 'paradigma de avaliação do falante' exige que os participantes avaliem falantes gravados sem que quaisquer rótulos sociais sejam identificados. A

avaliação pode cobrir uma variedade de itens, com o objetivo de avaliar inteligência, cordialidade etc. Como outros fatores são supostamente controlados, as avaliações do falante devem refletir as atitudes subjacentes do ouvinte em relação à variedade linguística alvo ou comportamento.

A técnica utilizada na obtenção dos dados foi desenvolvida e utilizada por Lambert et al. (1960, 1965) e ficou conhecida como “técnica *matched-guise*”. Ela faz uso da língua e das variações dialetais para elicitare as impressões estereotipadas que os membros de um grupo social têm em relação a outro grupo.

O procedimento envolve as reações dos ouvintes (referidos como juízes) às gravações de falantes em diferentes línguas ou dialetos. Aos juízes é solicitado que eles ouçam as gravações e avaliem as características da personalidade de cada falante, usando como pista apenas a voz.

Os estudos que utilizam essa abordagem têm mostrado que as variações na fala desempenham um importante papel na percepção social e que a técnica utilizada pode ser um meio útil para examinar os pensamentos estereotipados de membros de um grupo social, étnico ou cultural, quando avaliam outros grupos.

Ao longo dos anos, desde a sua concepção, essa técnica tem sofrido modificações, principalmente em função das críticas que lhe foram feitas, mas ela ainda continua sendo usada como uma forma de termos acesso a julgamentos de valores em relação a diferentes usos da língua.

## **5. A consciência do falante e a sua relação com os processos variáveis**

As abordagens metológicas mencionadas acima, principalmente as duas últimas, estão estreitamente relacionadas com o problema da avaliação mencionado em Weinreich, Labov, Herzog (1968). A abordagem direta envolve a obtenção de dados que esclarecem atitudes gerais e aspirações, e a abordagem indireta garante como resultado as reações subjetivas. Essas reações subjetivas, por sua vez, podem ser conscientes ou inconscientes.

A noção de consciência é de suma importância não apenas quando a pesquisa é sobre reações subjetivas. Ela é crucial para o fenômeno da mudança linguística, que pode ser classificada como acima e abaixo do nível de consciência; para a classificação das variáveis linguísticas em indicadores,

marcadores e estereótipos; para as análises de estilo, relacionando-o à fala cuidada em oposição à fala casual; para a discussão da ideologia linguística em termos de normas e valores explícitos e implícitos.

Falar de mudança acima e abaixo do nível de consciência é muito comum entre os estudiosos da sociolinguística. No primeiro caso, podemos dizer que as formas linguísticas envolvidas na mudança estão acima do nível da consciência social; no segundo caso, estão abaixo do nível da consciência social. Em algum momento, Labov (1994) atrelou esses dois níveis às posições na hierarquia socioeconômica, porém em 2007, ele assume uma nova posição.

Para Kristiansen (2011, p. 266), em parte, o paralelismo entre a consciência social e a hierarquia socioeconômica é fácil de apreender e aceitar, na medida em que “mudanças de cima” são introduzidas pela classe social dominante, sempre com plena consciência pública. Em geral, elas representam empréstimos de outras comunidades linguísticas que têm prestígio mais alto na visão da classe dominante. O outro paralelismo, entretanto, é difícil de aceitar, principalmente porque as mudanças de baixo podem ser introduzidas por quaisquer classes sociais.

Ao tratar das variáveis linguísticas, Labov (1972) apresenta três tipos que podemos relacionar à consciência social: indicadores, marcadores e estereótipos.

Os indicadores são aquelas variáveis que possuem uma distribuição regular entre um grupo de falantes, com uso uniforme em todos os contextos, mas que permite a distinção entre esse e outros grupos de falantes. Este tipo de variável nem sempre é avaliada de forma negativa em estudos de atitude. Uma variável que poderíamos citar como indicador seria a “vogal média pretônica” no português brasileiro.

Os marcadores variam de grupo social para grupo social e possuem uma distribuição estilisticamente motivada. Nem sempre os falantes que utilizam essas variáveis têm plena consciência, embora possam avaliá-las, caso sejam solicitados. Bons exemplos de indicadores no português brasileiro são “o apagamento do ‘d’ no grupo –ndo” e a “redução dos ditongos decrescentes”. Nos estilos monitorados, o uso dessas variáveis tem sido atestado ser amenizado.



Os estereótipos são mais facilmente referidos pelos falantes como típicos de uma variedade linguística que não é muito prestigiada. Essas variáveis são, em geral, estigmatizadas. Os estereótipos, em geral, levam à implementação da mudança linguística, com a adoção da forma de prestígio da variedade padrão. No português brasileiro, podemos avaliar como estereótipos algumas variáveis que são características de determinados grupos dialetais: “a palatalização das fricativas coronais /s, z/” e o “rótico retroflexo” são visto como característicos dos falares do Rio de Janeiro e de São Paulo, respectivamente, muito embora saibamos que em outras partes do Brasil elas são encontradas.

Em geral, a consciência social é acompanhada pela mudança de estilo. Isto, por sua vez, tem a ver com a proposta de Labov (1966, 1972) para estilo, segundo a qual a análise da variação estilística se fundamenta na noção de atenção, que, por sua vez, está estreitamente relacionada à consciência.

A situação de fala é manipulada na entrevista sociolinguística, sendo caracterizada como mais ou menos formal. Contextos mais formais exigem mais atenção à fala, resultando em um estilo mais cuidado, e contextos menos formais levam a um estilo mais casual, uma vez que exigem menos atenção.

Segundo Kristiansen (2011, p. 269), qualquer estudo de ‘atitude’ e ‘ideologia’ precisa começar deixando claras essas entidades em termos de significado social, normas e valores. Para ela, desde o estudo de Labov sobre o falar de New York, a distinção básica no domínio da ideologia linguística foi entre valores sociais explícitos e implícitos. Essa distinção, entretanto, nunca se baseou claramente em consciência e atenção, como aconteceu com os indicadores, marcadores e estereótipos e com a fala cuidada e a fala casual.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar atitude implica definir uma metodologia que possibilite identificar como, em uma interação face a face, é possível termos clareza sobre o comportamento linguístico dos interlocutores. Assim, pois, tanto de forma direta quanto de forma indireta, é possível buscarmos compreender essas reações a que se atrelam questões de prestígio, de estigma, consciente ou inconscientemente.

É importante que os estudos realizados no Brasil, voltados para a perspectiva laboviana, comecem a interessar-se pela possibilidade de aliar aos resultados obtidos uma análise da atitude do falante em relação à fala do outro e a sua própria fala. Isso nos levará a avaliar as diferentes variantes que se estendem pelo país como um todo, possibilitando análises mais acuradas, principalmente, no que concerne aos fatores sociais.

## REFERÊNCIAS

ALLPORT, G. Attitudes. In: MURCHISON, C. (ed.). *A handbook of social psychology* (vol. II). Worcester: Clark University Press, 1935.

\_\_\_\_\_. The historical background of modern social psychology. In: LINDZEY, G. (ed.). *Handbook of social psychology: theory and method* (vol. I). Cambridge: Assison-Wesley, 1954. p. 3-56.

BAKER, Colin. *Attitudes and language*. Multilingual Matters 83. Clevedon, Avon, England: Multilingual Matters. 1992.

CANTRIL, H.; ALLPORT, G. *The psychology of radio*. New York: Harper, 1935.

CHAMBERS, J. K. *Sociolinguist theory*. Oxford / Cambridge: Blackwell, 1995.

COTS, J.; NUSSBAUM L. Schooling, language and teachers: language awareness and the discourse of the educational reform in Catalonia. *Language Awareness*, 8, 1999. p. 174-189.

EDWARDS, J. Language attitudes and their implication among English speakers. In: RYAN, E. B.; GILES, H. (eds.). *Attitudes towards language variation*. London: Edward Arnold, 1982.

COUPLAND, Nikolas; WILLIAMS, Angie. *Investigating language attitudes: social meanings of dialect, ethnicity and performance*. Cardiff: University of Wales Press, 2003.

HORA, Dermeval da. *Projeto Variação Linguística no Estado da Paraíba – VALPB*. João Pessoa: Ideia Editora, 1993.

KRAMARAE, C. Gender, how she speaks. In: RYAN, E. B.; GILES, H. (eds.). *Attitudes towards language variation*. London: Edward Arnold, 1982.

KRAMER, C. Stereotypes of women's speech: the world from cartoons. *Journal of Popular Culture*, 8, 1974. p. 624-638.

KRISTIANSEN, Tore. Attitudes, ideology and awareness. In: WODAK, Ruth; JOHNSTONE, Barbara; KERSWILL, Paul. *The SAGE handbook of sociolinguistics*. Los Angeles: SAGE, 2011. p. 265-278.

LABOV, William. *The social stratification of English in New York City*. Washington, D.C.: Center for Applied Linguistics, 1966.

\_\_\_\_\_. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 1972.

\_\_\_\_\_. Field methods of the Project on Linguistic Change and variation. In: BAUGH, J.; SHERZER, J. (eds.). Englewood Cliffs: Prentice Hall, 1984.

\_\_\_\_\_. *Principles of linguistic change: internal factors*, v. 1. Oxford: Blackwell, 1994.

LAMBERT, W. et al. Evaluational reactions of Jewish and Arab adolescents to dialect and language variations. *Journal of Personality and Social Psychology*, 2, 1965. p. 84-90.

\_\_\_\_\_. et al. Evaluational reactions to spoken languages. *Journal of Abnormal and Social Psychology*, 60, 1960. p. 44-51.

LIEBERSON, S. *Language diversity and language contact: essays* by Stanley Lieberman. Stanford: Stanford University Press, 1981.

MILROY, James. The ideology of the standard language. In: LLAMAS, Carmen; MULLANY, Louise; SOTOCKWELL, Peter. *The routledge companion to sociolinguistics*. New York: Routledge, 2007. p. 133-13.

OPPENHEIM, B. An exercise in attitude measurement. In: BREAKWELL, G.; FOOT, H.; GILMOUR, R. (eds.). *Social psychology: a practical manual*. Basingstoke: Macmillan, 1982.

RICKFORD, J; TRAUGOTT, E. Symbol of powerlessness and degeneracy, ou symbol of solidarity and truth? Paradoxical attitudes toward pidgins and creoles. In: GREENBAUM (ed.). *The english language today*. Oxford: Pergamon, 1985.

SARNOFF, I. Social attitudes and resolution of older and younger adult speakers: the influence of communication effectiveness and noise. *Psychology and Aging*, 5, 1970. p. 514-519.

TAYLOR, A. Social agreement on personality traits as judged from speech. *Journal of Social Psychology*, 5, 1935. p. 244-248.

THURSTONE, L. The measurement of scoial attitudes. *Journal of abnormal and social psychology*, 26, 1931. p. 249-269.

WEINREICH, U.; LABOV, W., HERZOG, M. Empirical foundations for a theory of languagem change. In: LEHMANN, W., MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press, 1968.